

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																
Descrição das principais medidas propostas no PNR																
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Promoção da generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Diversificar a oferta formativa para os jovens, garantindo o aumento da frequência do ensino secundário, nomeadamente nas vias profissionalizantes	População dos 15-64 com o ensino secundário completo	50%	47,1%	Alunos em vias profissionalizantes	55%							
Modernização o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Modernização pedagógica assente em recursos educativos digitais; Inovação nas aprendizagens; Plataformas de gestão da informação, monitorização e avaliação; Promoção do desenvolvimento de competências de pensamento computacional e programação informática, a partir do primeiro ciclo.	Utilização plena e manutenção dos sistemas			Projetos de inovação e qualidade de gestão no POCH								
Promoção do sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Promover a redução do insucesso escolar por via: do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; da generalização da educação pré-escolar a partir dos 3 anos; da progressiva gratuidade dos manuais escolares formalmente adotados para o ensino básico e secundário; da limitação do número de alunos por turma (em particular nas escolas com dificuldades); da generalização da "Escola a tempo inteiro"; da promoção de programas de literacia familiar; e do reforço de mecanismos de ação social.	Abandono Precoce da Educação e Formação	0,1	0,14	Taxas de retenção e desistência aos 15 anos	0,25	Frequência de pré-escolar aos 3 anos	1					
Estímulo ao sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Promoção de ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar no ensino superior, juntamente com a contratação de jovens docentes doutorados pelas instituições de ensino superior	N.º de docentes doutorados contratados por ano	100										
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Reforço da atribuição de apoios sociais a estudantes carenciados do Ensino Superior	N.º de Bolsas atribuídas anualmente (média anual)	70 000	69 313									
Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	3.2/5.3	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Novos contratos de investigador/docente para jovens doutorados, proporcionando o rejuvenescimento das instituições científicas e de ensino superior	Novos investigadores/docentes contratados	5 000	200									
Reforço da formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	5.3	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Apoiar a formação inicial curta de âmbito superior nos institutos politécnicos, atraindo o maior número de estudantes para os cursos TESP (nível 5 EQF)	N.º de diplomados TESP	20 000	167	N.º de inscritos TESP	10 338							
«Portugal INCoDe. 2030 - Iniciativa Competências Digitais», para responder à carência de recursos humanos capacitados nem Tecnologias de Informação	Qualificação dos portugueses	3.2/5.3	Promover ganhos de produtividade no tecido empresarial contribuindo para a disponibilização de mais recursos especializados em TICs	Aumentar em 20.000 pessoas a oferta de recursos humanos com competências digitais	Aumento do número de pessoas capacitadas em competências digitais	20 000										
Reforçar a formação e qualificação de adultos (Programa Qualifica)	Qualificação dos portugueses	2.1/3.1	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população adulta	O Programa Qualifica configura uma estratégia integrada de educação e formação de adultos que tem por principais objetivos: 1. Promover a participação de adultos em percursos de qualificação; 2. Expandir em 26% a rede de Centros Qualifica (atingindo uma meta de 300 Centros Qualifica até ao final de 2017); 3. Criar um sistema de créditos para o ensino e formação profissionais que possibilite a capitalização coerente de unidades de formação, maior mobilidade e flexibilidade nos percursos formativos e permita uma melhor legibilidade e reconhecimento do sistema de ensino e formação profissionais por parte dos diversos atores; 4. Criar o Passaporte Qualifica, instrumento central de valorização e facilitação dos percursos individuais de formação que permite não só registar as qualificações obtidas (numa lógica de currículo ou de caderneta), mas também identificar as competências em falta para completar um determinado percurso de formação.	N.º de adultos abrangidos	600 000		Expansão da rede de Centros Qualifica (até 2017)	300	258	Percentagem da população adulta que concluiu o ensino secundário	50%	40% (2016)	Taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida	15%	9,6% (2016)
Efetuar o Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego	Qualificação dos Portugueses/Coesão e Igualdade	2.1/3.1/3.2	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), tendo em vista ganhos de eficiência e aposta em medidas com mais eficácia na criação efetiva de emprego, reduzindo a segmentação do mercado de trabalho	Avaliação dos impactos das políticas ativas de emprego, em particular no que respeita à empregabilidade dos participantes	NA											
Campanha Nacional de informação no âmbito da Garantia Jovem	Qualificação dos portugueses	3.1	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), procurando alcançar os jovens destinatários da Garantia Jovem, com enfoque nos mais afastados do sistema (não inscritos nos SPE), bem como os jovens que ainda estão a frequentar o ensino secundário e que podem vir a tornar-se NEET num futuro próximo.	Campanhas de sensibilização com o objetivo de assegurar a identificação precoce de jovens NEET, nomeadamente através da plataforma online da Garantia Jovem, e de promover o seu regresso a percursos formativos ou a sua inserção profissional, designadamente através de medidas de estágio.	Aumento do n.º de visitantes e de inscrições na Plataforma online da Garantia Jovem	732956	154105	Novas inscrições na plataforma GJ	54659	3531	Nº de jovens abrangidos	625000	189460			

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																	
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	
Cheque-Formação	Qualificação dos portugueses	3.1.	Promover a ativação dos desempregados, através da melhoria da sua empregabilidade	Promover a formação autónoma dos utentes do IEF, ativos ou desempregados.	N.º abrangidos	75000	10996										
Desenvolver a criação de cooperativas por jovens desempregados/NEET através do Programa COOPJOVEM	Qualificação dos portugueses	3.1./3.2	Promover a ativação dos desempregados jovens	O COOPJOVEM é um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, aplicável ao território de Portugal Continental, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou em projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas existentes, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do próprio emprego e a definição do trajeto de vida.	N.º abrangidos	2700		N.º de cooperativas criadas por ano	75		Redução da taxa de desemprego (em p.p)	0,05		Novas secções em cooperativas agrícolas	8		
Contrato-Emprego	Qualificação dos Portugueses	3.1/3.2	Promover a ativação e a integração sustentável no mercado de trabalho dos desempregados, em particular jovens e desempregados de longa duração, e reduzir os níveis de segmentação do mercado de trabalho	- Medida de apoio à criação de postos de trabalho que consiste na atribuição, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro à celebração de contratos de trabalho com desempregados inscritos. - Medida seletiva e orientada para o incentivo da sustentabilidade do emprego, privilegiando os contratos sem termo e reforçando os critérios de criação líquida de emprego, introduzindo ao mesmo tempo uma diferenciação positiva para a criação de postos de trabalho em territórios e destinatários com maior necessidade de apoio.	N.º de postos de trabalho criados	15 000 (em 2017)	ND										
Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016	Qualificação dos Portugueses	2.1/3.1/3.2		- Publicação do Livro Verde das Relações Laborais (LVRL), com o objetivo de sistematizar uma análise aprofundada das principais dimensões e indicadores do mercado de trabalho. - A publicação do LVRL envolve diferentes serviços e entidades do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social e é coordenado pelo Professor Guilherme Dray, especialista em direito do trabalho e Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.	NA	NA											
Programa "Contrato-Geração"	Qualificação dos Portugueses/Coesão e Igualdade	3.1	Promover a ativação dos desempregados jovens e desempregados de longa duração (DLD)	Apoio ao emprego para as empresas que contratem simultaneamente jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, respeitando a condicionante de «criação de emprego líquido» e de contratação permanente, salvo casos excecionais	N.º abrangidos	ND	NA										
Reorientação das políticas ativas do mercado de trabalho	Qualificação dos Portugueses/Coesão e Igualdade	2.1/3.1/3.2	Promover a ativação sustentável dos beneficiários de políticas ativas.	Ajustar a regulamentação das políticas ativas do mercado de trabalho, no sentido de promover inserções mais estáveis e permanentes no mercado de trabalho, adotando as seguintes orientações: majoração dos apoios aos contratos sem termo, de modo a estimular a criação efetiva de postos de trabalho (prémio-emprego); reforçar a diferenciação positiva em função dos tipos de público; reforçar os mecanismos de acompanhamento dos percursos no mercado de trabalho.	Porcentagem de contratos sem termo apoiados no âmbito das medidas de apoio à contratação	75%	62%	N.º DLD abrangidos em políticas ativas	600000	121304	Porcentagem de DLD abrangidos por políticas ativas (no total de abrangidos)	70%	32%				
Plano Nacional das Artes	Qualificação dos portugueses	NA	Promover a fruição artística a partir de uma acessibilidade generalizada em territórios com défice de oferta cultural e integrada com os programas de formação.	Sensibilização do público escolar para as áreas artísticas (ensino obrigatório) cruzando com o ensino superior (centros de investigação) num processo coordenado com os programas de apoio às artes (na sua dupla missão artística pública desenvolvidas pelas áreas do teatro, dança e música), e em relação com um programa de combate à iliteracia visual.	Nº de beneficiários	nd	na	Nº de entidades envolvidas	nd	na	Nº de Concelhos abrangidos	nd	na				
Desenvolver a Investigação&Desenvolvimento&Inovação, através da promoção de agendas mobilizadoras	Inovação da Economia Portuguesa	5.3.	Focalizar os apoios à I&D&I em áreas com maior potencial de valorização económica, alinhados com a especialização inteligente	Definição de roadmap de prioridades estratégicas em que se estruturam os Programas de I&D&I mobilizadores entre as universidades/politécnicos e empresas, baseado nas estratégias de especialização inteligente.	NA												
Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I (Programa Interface)	Inovação da Economia Portuguesa	5.3.	Melhorar e aumentar o nível de transferência de conhecimento do mundo académico e científico para o tecido empresarial	Reforço da capacidade dos centros tecnológicos ou outros "laboratórios colaborativos" e das empresas, nomeadamente através do reforço dos respetivos recursos humanos altamente qualificados, do estabelecimento de contratos de inovação empresarial, e da I&D empresarial	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas e por Laboratórios Colaborativos (n.º)	1200		N.º de empresas apoiadas em projetos de co-promoção com entidades não empresariais do Sistema de I&I	1000		% da Despesa em I&D no total da Despesa Pública						
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e reequipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	5.3.	Reforçar a capacidade dos centros de investigação, garantindo a produção de conhecimento necessário à inovação, qualificação e internacionalização do tecido económico nacional	Reforço da capacidade dos 57 centros de I&D através do apoio a mais de 2500 projetos que promovem o aumento da produção científica e tecnológica de qualidade reconhecida internacionalmente	Infraestruturas de investigação apoiadas (n.º)	57		Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas (n.º)	1710		N.º de projetos de I&D apoiados	2600	786				
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	5.3/4.2	Dinamização de um ecossistema coerente que incentive o surgimento de start-ups e a aceleração do seu crescimento.	Constitui a Estratégia Nacional do Governo para o Empreendedorismo. Pensada a quatro anos, foca-se em três áreas de atuação: Ecossistema; Financiamento e Internacionalização. Mais do que fomentar o espírito empreendedor, a Startup Portugal destina-se a apoiar quem já é empreendedor, a assegurar a longevidade das empresas criadas e garantir que produzem maior impacto em termos de criação de emprego e de valor económico. Destina-se a organizar, desbloquear, promover a partilha de benefícios, boas práticas e recursos, entender onde há falhas regionais e setoriais e colmatar lacunas.Financiamento específico de start-up, investimento na envolvente, incluindo incubadoras e promoção externa das iniciativas nacionais de empreendedorismo e das novas empresas nacionais	N.º de novos projetos apoiados	1000	407										
Promoção de política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado.	Até 2019, será implementada uma nova Estratégia do Design e da Moda em Portugal, cujo objetivo é a definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado. Será igualmente criado um novo Centro Português de Design com o intuito de difundir e implementar as mais-valias que daí advêm para a modernização e atualização da indústria, da economia e do País.	% do peso das exportações nas vendas empresas			% das exportações no PIB									

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017				
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa	4.2	Implementação de um quadro de incentivos fiscais para a Promoção do Empreendedorismo e do incentivo ao investimento em PME em fase de start-up ou nos primeiros anos de atividade designado por Programa Semente.	Utilização de instrumentos alternativos de financiamento quer incentivando os investidores a fazerem aplicações diretamente no capital das empresas, quer proporcionando às empresas uma forma de financiamento alternativa ao endividamento, permitindo uma melhor e maior partilha de risco do negócio. Constitui uma das medidas do pilar financiamento da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo - Startup Portugal.	N.º de empresas apoiadas			N.º de investidores			Montante Global de Investimento			Montante Benefícios Fiscais atribuído			
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa	5.1		Promover a inovação das PME, nomeadamente na sua fase nascente, através da definição de critérios de seleção utilizados nas compras públicas, que privilegiem a inovação dos produtos e dos fornecedores.													
Programa CapaCITar (actual Programa Interface)	Inovação da Economia Portuguesa	5.3	Apoio aos centros de interface tecnológico para capacitação e oferta de serviços de inovação e eficiência energética, promovendo o aumento da competitividade pela integração de pessoal qualificado	Constituição de um fundo, participado por entidades públicas, privadas e pelo BEI/Plano Juncker	Nº de entidades apoiadas	25		Nº de pessoas integradas	250								
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	5.3		Definir políticas de modo, a apoiar as empresas para aproveitarem as oportunidades de negócio no âmbito da Quarta Revolução Industrial, que se caracteriza por pela introdução de um conjunto de tecnologias digitais nos processos de produção. Visa criar as bases de uma compreensão uniforme do potencial da Indústria 4.0 a nível nacional. A Iniciativa Indústria 4.0 tem como objetivos: (i) analisar as experiências nacionais e internacionais; (ii) identificar os desafios e os fatores críticos de sucesso em Portugal; (iii) proceder a recomendações para a transição da indústria portuguesa para a Quarta Revolução Industrial. Um estudo recente indica que vai subir de 32% para 86% a percentagem de empresas portuguesas que consideram que nos próximos 5 anos a sua atividade passará a ser eminentemente digital. Nos grupos de trabalho que deram origem à Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia, colaboraram mais de 80 empresas, incluindo grandes multinacionais que operam em Portugal e diversas startups que dominam as tecnologias e linguagens características desta quarta revolução industrial. Até 2020, está previsto um investimento público de quase dois mil milhões de euros para a transformação digital da economia portuguesa, envolvendo 50 mil empresas. Só em linhas de financiamento para a Indústria 4.0, serão canalizados 414 milhões de euros de fundos estruturais e 331 milhões de euros para apoiar Projetos Âncora de Inovação.	N.º de empresas abrangidas	50000		PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	0,62								
Reforço do acesso a redes de banda larga e 4G	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir níveis elevados de cobertura de redes de fibra ótica e de redes móveis 4G, garantindo que o acesso de todo o território nacional aos mercados digitais	Investimento nas redes de Nova Geração (fibra ótica) e nas redes móveis 4G	Nível de cobertura territorial por redes de nova geração (fibra ótica)	100%	99,76%	N.º de freguesias adicionais cobertas por rede móvel 4G	1100								
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	5.3	Atrair Projetos-âncora que garantam o aumento do investimento empresarial em Portugal, orientando a sua captação para setores de média-alta tecnologia e intensivos em conhecimento	Apoiar 4000 projetos âncora, quer através do desenvolvimento de capacidades de captação de IDE, incentivos diretos às empresas e de melhoria das condições de contexto	N.º de empresas apoiadas	4226											
Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão (actual Programa Interface)	Inovação da Economia Portuguesa	5.3	Garantir a capacitação das empresas nacionais que fornecem os investimentos-âncora em Portugal, capacitando-as e qualificando-as para tipos e procura mais exigentes e promovendo a sua competitividade internacional	Capacitação e qualificação das empresas nacionais que fornecem os investimentos âncora existentes em Portugal	Aumento das compras, por parte de empresas âncora, a fornecedores nacionais	30%											
Alargamento da base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir a qualificação das empresas nacionais, tornando-as mais competitivas internacionalmente e promovendo a diversificação da nossa base exportadora	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Peso das exportações no PIB	4.51%											
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Definição de estratégia médio-longo prazo para o turismo, antecipando o novo Quadro Comunitário de Apoio (2021-2027). Colocar Portugal no centro da sustentabilidade e inovação em turismo	A ET27 consubstancia uma visão de longo prazo para a atividade turística em Portugal, com objetivos e metas concretas de sustentabilidade económica, social e ambiental, concretizada com ações no curto e médio prazo, assumindo compromissos e estabilidade nas opções e antecipar o novo quadro comunitário de apoio 2021-2027	Documento	1	1										
REVIVE	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Recuperação e valorização do património do Estado e a transformação em ativos económicos; reforçar a atratividade de destinos regionais, a desconcentração da procura e o desenvolvimento turístico regional e nacional	Programa de valorização do património público, através da disponibilização de edifícios em todo o país que se encontram devolutos permitindo que sejam recuperados e neles se desenvolvam projetos turísticos com recurso a investimento privado	Número de concursos de concessão lançados	30	2										
Instrumentos financeiros específicos para o turismo	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Novas formas de financiamento específicas para o turismo; promoção do investimento e requalificação da oferta turística nacional, em especial nas zonas do interior do país	Criação de novas formas de financiamento aplicáveis ao turismo, com especial focus na promoção da reabilitação turística e no desenvolvimento de oportunidades no interior do país; Nova Linha da Qualificação da Oferta (75 milhões de euros); Nova Linha FCR Turismo Crescimento (15 milhões de turismo); Linha REVIVE com Garantia Mútua (150 milhões de euros); Linha de Investimento a Longo Prazo com Refinanciamento com Garantia Mútua (120 milhões de euros)	Linhas de financiamento lançadas	4	2										
Wifi nos centros históricos	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Dotar os centros históricos com fluência turística de redes wi-fi de elevada qualidade; melhorar a experiência do turista e interação com a oferta turística nacional	Implementação de redes wi-fi gratuitas nos centros históricos das principais cidades portuguesas e em zonas de fluência de turistas, por forma a melhorar a experiência de usufruto do património nacional bem como do comércio tradicional dos centros históricos; Contribuir para o desenvolvimento de smart cities e de formas mais sustentáveis de gestão das cidades e dos seus recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico	Centros históricos com wifi gratuito	50	10										
Programa de valorização turística turística do interior	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Valorizar e incrementar a oferta turística no interior, o seu património e recursos endógenos, melhorando a atratividade e a experiência turística nas regiões do interior	Desenvolvimento de projetos e iniciativas que, através de atividades com relevância para o turismo, concorram para o desenvolvimento do interior e para a coesão nacional	Números de projetos identificados e apoiados	60	0										
All for all	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir a adaptação de espaços públicos, recursos patrimoniais e de serviços que assegurem a fruição turística a todas as pessoas, incluindo pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes	Promoção de iniciativas que visem a adaptação de espaços, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a todos os turistas, colocando Portugal como exemplo de destino turístico acessível internacional	Adaptação de espaços turísticos ao turismo acessível através da linha de apoio	50	6										

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																
Descrição das principais medidas propostas no PNR																
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Portuguese Trails	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Posicionar internacionalmente Portugal como destino de cycling e walking; desconcentrar a procura turística ao longo do ano e em todo o território	Promoção internacional de Portugal como destino de natureza, com destaque para o cycling e walking, envolvendo estruturação de produtos, promoção externa e apoio à internacionalização das empresas	Criação de rotas pedestres, cicláveis e equestres; Divulgação da plataforma nacional web portuguesetrails.com	Até junho de 2018 - Mapeamento nacional e estruturação de todas as rotas; Até junho 2017 - disponibilização da plataforma com conteúdos região piloto - Algarve; Até junho de 2018 - disponibilização de conteúdos das restantes regiões										
Programa de digitalização da oferta turística	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Promover a digitalização das empresas de turismo por forma a concorrer no mercado global	Criação de uma academia digital (Tourism Digital Academy) que transfira conhecimento teórico e prático, com formações direcionadas aos profissionais, para instruir e disseminar as novas ferramentas digitais para o turismo	ND	ND										
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Promover a atividade profissional do terceiro setor de forma alargada, diversificada e sustentada; estimular a inovação enquanto processo criativo e fator de desenvolvimento social e económico; valorizar e dignificar autores e artistas na sua prática profissional e condições de trabalho; garantir o acesso à cultura no território nacional por pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades; fomentar, através da cultura, uma cidadania participada e responsável; promover práticas em colaboração com outras áreas governativas e projetar a cultura portuguesa no plano internacional.	Revisão do modelo de apoio às artes vigente tendo por base uma melhor adaptação à realidade, o atual desenho territorial da oferta, as condições proporcionadas aos agentes nos últimos anos e a compreensão do que constitui hoje o tecido profissional das artes, designado de setor artístico.	Nº de concelhos abrangidos	nd	na	Nº de beneficiários (espetadores e participantes)	nd	na	nº de entidades beneficiárias	nd	na	nº de projetos apoiados	nd	na
Organização do setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	NA		Revisão do modelo de governação do setor de transportes entre administração central e local, incluindo a substituição de 500 veículos até 2018	Nº de veículos substituídos	500	0									
Descarbonização da frota de táxis	Valorização do território	NA		Aumentar o desempenho ambiental e promover a inovação dos serviços de mobilidade, incluindo a renovação de 1000 táxis até 2020	N.º de táxis renovados	1000	0									
Expansão do Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	NA		Expandir a rede de metro do Porto e de Lisboa (9km até 2020)	N.º km a construir	9	0									
Mobilidade elétrica	Valorização do território	NA		Incentivar a mobilidade elétrica, incluindo a instalação de 2394 postos de carregamento de veículos elétricos até 2020	N.º de pontos de carregamento a ligar à rede MOBI.E	2394	63									

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Descrição das principais medidas propostas no PNR													
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Mobilidade suave	Valorização do território	NA		Criar e implementar um plano estratégico para a mobilidade suave, incluindo a disponibilização de 6000 bicicletas em sistemas partilhados até 2020	N.º de bicicletas a disponibilizar em sistemas partilhados	6000	0									
IFRRU 2020	Valorização do território	NA		Reabilitação de edifícios, fomentando a eficiência energética e sísmica (1800 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios contratados	1800	0									
Reabilitar para arrendar	Valorização do território	NA		Reabilitação de edifícios degradados com mais de 30anos, disponibilizando-os em regime de renda condicionada (400 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios a reabilitar	400	2 (concluídos) + 7 (em curso)									
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território	NA		Regeneração de áreas degradadas(2,9 milhões de m2 de espaços públicos;197 mil m2 de edifícios públicos ou comerciais; 2057 habitações até 2020)	Área de espaços públicos reabilitados (m2)	2909212		Área de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados (m2)	197075		N.º de habitações reabilitadas	2057				
Fundo Nacional Reabilitação do Edifício	Valorização do território	NA		Reabilitar edifícios degradados (2702 fogos a reabilitar até 2020)	Número de fogos a reabilitar	2702	0									
Casa Eficiente	Valorização do território	NA		Melhorar a eficiência energética de imóveis (10 000 fogos até 2020)	N.º de fogos a melhorar a eficiência energética	10000	0									
Promoção da descarbonização - Living Labs	Valorização do território	NA		Montra de soluções tecnológicas, constituindo casos de estudo de implementação de tecnologia(5 zonas a implementar até 2018)	Nº zonas a implementar soluções tecnológicas	5	0									
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território	NA		Promover a eficiência energética na Administração Pública	N.º de edifícios da Administração Pública a melhorar ao nível da eficiência energética											
Remoção de amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização do território	NA		Remoção de amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos, incluindo a intervenção em 3.739 edifícios	N.º de edifícios a intervir	3739	166									

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017				
Compras públicas ecológicas	Valorização do território	NA		Desenvolver uma estratégia de compras públicas ecológicas até 2020	N.º de Estratégias desenvolvidas	1	0										
Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	NA		Aumento do tratamento de resíduos urbanos por processo mecânico e biológico (atingir 46% de resíduos urbanos processados em TMB até 2020)	% de resíduos urbanos processados em TMB	46%	41%										
Política dos 3R	Valorização do território	NA		Prevenção e Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos(reduzir para 35% a taxa de deposição de RUB em aterro; aumentar para 50% a taxa de preparação para reutilização e reciclagem até 2020)	Taxa de deposição de RUB em aterro	0,35	0,45	Taxa de preparação para reutilização e reciclagem	0.5	0.36							
SIGRE	Valorização do território	NA		Aumento da concorrência ao nível das sociedades gestoras de resíduos de embalagens(criar mais uma entidade gestora até 2017)	Entidades gestoras a criar (até 2017)	1	1										
Fiscalidade Verde	Valorização do território	NA		Revisão da Fiscalidade Verde	Rever a Fiscalidade Verde	0	0										
Plano ferrovia 2020	Valorização do território	NA	Aumentar a orientação exportadora da economia portuguesa	Construção e/ou modernização de 1200 km (907 km até 2020) de linhas ferroviárias, garantindo a conectividade territorial, interna e internacionalmente	km de linha construída/remodelada	907	123										
Desenvolvimento da atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território	NA		Construção e requalificação da rede de regadio em Portugal, promovendo a competitividade e sustentabilidade da agricultura e a preservação dos territórios e respetivas populações	Áreas cobertas por infraestruturas de regadio construídas ou melhoradas (ha)	88000											
Valorização do potencial económico do interior	Valorização do território	NA		Criação de um sistema de incentivos à atividade empresarial nos territórios de baixa densidade (SIZÉ)	N.º de empresas apoiadas	18000											
Janela Única Logística (JUL)	Valorização do território	NA	- Aumentar a eficiência das cadeias logísticas e as economias de escala entre os portos e os clientes finais- Simplificar e desmaterializar os procedimentos nos transportes- Ajudar a maximizar a utilização das infraestruturas nacionais para o transporte de mercadorias- Potenciar a intermodalidade e a utilização de transportes mais amigos do ambiente	- Implementar a Janela Única Logística que, como evolução e extensão natural da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação da cadeia logística, integrando os meios de transportes terrestres e a ligação aos portos secos, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines	Nº de Portos com a JUL implementada	5	0	Nº de Terminais Ferroviários no hinterland integrados	8		% dos contentores despachados na JUL	98%					
Plano Portuário 2020 (actual Estratégia de Aumento da Competitividade Portuária – Horizonte 2026)	Valorização do território	NA	Modernização dos portos nacionais e melhoria das acessibilidades marítimas contribuindo para a competitividade económica de Portugal nas seguintes dimensões, na próxima década: alavancagem das exportações, aumento da atividade industrial e tecnológica nos portos, criação de emprego qualificado	-Adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura- Melhorar as condições de operacionalidade das unidades portuárias- Criar nos portos plataformas de aceleração tecnológica e de novas competências- Criar condições para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante- Cerca de 83% do investimento será de origem privada	Criação de empregos	12000		Total de Investimento a realizar (nota: 83% privado)	2.500 ME		Crescimento da carga total	+88%		Crescimento da carga contentorizada	+200%		
Promoção do transporte marítimo e apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização do território	NA	Melhoria das condições para o desenvolvimento da marinha mercante, gerando maior competitividade da economia e novos empregos	Medida SIMPLEX+Melhorar o contexto de mercado para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante:- Criação da Tonnage Tax: alteração do regime fiscal aplicável ao registo de navios- Simplificar os serviços públicos marítimos- Aumentar o registo de navios- Valorizar os recursos humanos e o conhecimento marítimo	Aumento do registo de navios com pavilhão nacional	Crescimento anual de 20%		Aumento das contribuições para a segurança social	Crescimento anual de 30%								

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																
Descrição das principais medidas propostas no PNR																
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Valorização do território	NA	Contribuição para o reforço da segurança energética, diminuição da dependência energética, contribuição para a descarbonização da economia, criando novas indústrias competitivas e novos empregos através do aumento das exportações de tecnologia de energias renováveis oceânicas	Propor políticas públicas que rentabilizem o investimento efetuado e a realizar na Investigação&Desenvolvimento (I&D) e Inovação nas energias renováveis oceânicas (eólica offshore flutuante e ondas), tendo em vista a formulação de um modelo de financiamento sustentável e a industrialização competitiva do sector. Fomento da atividade industrial e do desenvolvimento da inovação tecnológica na rede portuária e de estaleiros nacionais, revitalizando a construção naval com a criação de um cluster exportador das energias renováveis oceânicas.	Criação de novo VAB	280M€	0	Criação de novos empregos	1500		Atração de investimento	254M€		Melhoria na balança comercial	119M€	
Centro de Excelência para o Atlântico (actual Observatório do Atlântico)	Valorização do território	NA	Criação um centro internacional para o conhecimento e exploração sustentável dos recursos oceânicos, que incentive a cooperação na I&D entre universidades e o sector empresarial	Ser o Centro de Investigação, Monitorização e Transferência de Conhecimento de referência Internacional para o atlântico e especialmente o mar profundo. Ter como um dos eixos principais a investigação aplicada aos desafios da nova economia do mar. Maximizar a posição geoestratégica de Portugal no Atlântico, reforçando as mais-valias dos seus recursos naturais. Maximizar os Recursos Humanos especializados existentes em Portugal nesta componente do estudo do Oceano, com uma forte ligação ao setor produtivo. Potenciar parcerias internacionais já existentes e desenvolver novas	Unidades de conhecimento transferidas para a sociedade (até 2021)	5		Nº projetos I&D (até 2021)	10		Nº de parcerias internacionais (até 2021)	10				
Fundo Azul	Valorização do território	NA	Fundo para a promoção e inovação da economia do mar, promovendo a criação de start-ups e de modelos de negócio assente no conceito de economia circular do mar	O Fundo para o desenvolvimento da economia do mar, a investigação científica e tecnológica, a proteção e monitorização do meio marinho e a segurança marítima, através de financiamento de entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos:a) No âmbito do financiamento ao desenvolvimento da economia do mar:i) Apoio a start -ups tecnológicas da nova economia do mar;ii) Apoio às atividades económicas ligadas ao mar, designadamente no âmbito dos auxílios à formação, ao acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento, à investigação, desenvolvimento, e inovação;iii) Dinamização de instrumentos de reforço ou de financiamento de capital próprio ou de capital alheio e de partilha de risco;iv) Ações para proteção e desenvolvimento da segurança alimentar e alimentação escolar;v) Apoio à promoção das energias renováveis; b) No âmbito do financiamento à investigação científica e tecnológica do mar:i) Novas linhas de investigação científica e tecnológica aplicadas às prioridades das políticas públicas para o mar;ii) Desenvolvimento tecnológico para a economia do mar e da biotecnologia;iii) Transferência de conhecimento na área das políticas públicas e economia do mar;iv) Investigação aplicada, em parceria com a indústria;v) Atualização nas áreas da investigação e do desenvolvimento tecnológico para a economia do mar; c) No âmbito de financiamento da monitorização e proteção do ambiente marinho:i) Garantir o bom estado ambiental do domínio público marítimo;ii) Prevenção e combate à poluição do meio marinho;iii) Proteção ou recuperação de ecossistemas e biodiversidade marinha;iv) Resposta a situações de emergência de salvaguarda dos interesses nacionais marítimos;v) Consencialização social sobre a importância do mar; d) No âmbito da segurança marítima, salvaguardar a vida humana no mar.	Percentagem de contratualização anual do Fundo	100%	0	Percentagem de execução anual do Fundo	75%							
Melhoria das condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização do território	NA	Promover uma pesca sustentável baseada no conhecimento científico em parceria com UniversidadesCriar condições para melhorar a competitividade do setor, simplificar procedimentos, valorizar o pescado e aumentar o valor acrescentado e garantir o empregoDiversificar as atividades marítimas para dinamizar as comunidades piscatórias locais	Criação de emprego, incentivo à saúde e segurança e inovação através de parcerias entre pescadores e comunidade científica.Promover uma pesca sustentável e competitiva baseada no conhecimento científicoModernizar a frota e sua eficiência energéticaValorizar o pescado e reforçar o papel das Organizações de Produtores Dinamizar a industria transformadora	Valorização do pescado na primeira venda	Até 5% ao ano	Em 2016 o valor de primeira venda aumentou 15%	Projetos de transformação e comercialização	76 projetos	Aprovados 31 projetos com apoio publico de 47.079 mil €	Projetos de desenvolvimento das comunidades locais (DLBC)	16 projetos	Aprovados 12 projetos de custos operacionais DLBC com apoio publico de 2.757 mil €	Projetos de reforço de transferência de conhecimento tecnológico e eficiência energética	555 projetos	n.d.
Aposta na Aquicultura	Valorização do território	NA	Aumentar a produção aquícola de forma sustentávelReforçar a inovação e transferência de conhecimento na aquiculturaAumentar a viabilidade das empresas aquícolas incluindo a melhoria das condições de trabalho Simplificar o processo de licenciamento da atividade	Investimentos produtivos, aconselhamento e inovação com a comunidade científica. Desenvolver novos projetos;. Melhorar a viabilidade e competitividade dos existentes através a diversificação da produção e práticas mais intensivas e sustentáveis;. Reforçar o desenvolvimento tecnológico a inovação e transferência de conhecimentos	nº de projetos	100	Aprovados 1044 projetos de investimento e inovação com um apoio publico de 171 M €	Aumento da produção	mais 10 mil toneladas até 2020		Criação de emprego	mais 100 novos postos de trabalho		Revisão da legislação	Publicação no curto prazo do novo diploma de licenciamento	
Dinamização turística das casas de abrigo e casas florestais	Valorização do território	NA	Reabilitação, valorização e rentabilização do património público	Criação de rede das casas de turismo de natureza devolutas em todas as áreas protegidas e criação de fundo imobiliário para colocação no mercado para dinamização turística	Criação do fundo de investimento imobiliário Turismo Natureza	1	0	0								
Políticas activas para a gestão participativa e colaborativa de áreas protegidas	Valorização do Território	NA		Conceber e concretizar um novo modelo de gestão participativo e colaborativo para a gestão de áreas protegidas de âmbito nacional. A presente medida será concretizada em três fases: *Fase 1 - Conceção de um modelo de governação complementar aos já consagrados na legislação específica e testar numa área piloto. *Fase 2 - Fomentar e apoiar a implementação de um modelo Piloto. *Fase 3 - Desenvolver e concretizar as medidas necessárias à replicação do modelo consolidado.	N.º de áreas protegidas abrangidas pelo novo modelo de gestão	n.d.	0									
Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização do território	NA		Melhoria do estado de conservação de habitats e espécies e promoção da biodiversidade a nível nacional	Valor acumulado em % da execução física das ações materiais e imateriais	100	5,4									

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017				
Defesa do Litoral	Valorização do território	NA		Melhoria da resiliência do litoral face às alterações climáticas, promovendo a valorização do litoral e dos seus ecossistemas naturais (50 km de faixa costeira a interencionar)	Extensão da faixa costeira interencionada (km)	50	4,9										
Rios e zonas inundáveis	Valorização do território	NA		Gestão dos riscos de cheia e de inundações, incluindo sistemas de previsão e de alerta (25 intervenções em zonas de risco identificadas)	N.º de intervenções em zonas de risco identificadas	25	0										
Programa Nacional para a Coesão Territorial	Valorização do território	NA		Promover medidas de desenvolvimento dos territórios do interior, numa abordagem interministerial e em articulação com os agentes presentes no território (nomeadamente autarquias locais e entidades intermunicipais, instituições do ensino superior, associações empresariais e associações de desenvolvimento local).	Execução do PNCT												
Acelerar a transição para uma economia circular	Valorização do território	NA		Desenvolver, implementar e comunicar o Plano Nacional de Ação para a Economia Circular (PnAEC), impulsionando o uso eficiente e suficiente dos recursos mobilizados na economia, gerando ganhos de produtividade material, ambiental e emprego.	N.º de ações do PnAEC implementadas	7	0										

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas															
			Descrição das principais medidas propostas no PNR															
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4				
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017					
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização do território	NA	Promover uma adequada gestão e um melhor controlo, planeamento e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, através da agregação da informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.	Levantamento e comunicação de informação cadastral simplificada, por parte de proprietários, autarquias locais e outras entidades públicas com competência de natureza territorial, com vista a permitir definir, junto das entidades públicas, a localização geográfica dos prédios rústicos e mistos.														
Apoio aos custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação	Valorização do território	NA		Promover a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, melhorando os ecossistemas através da constituição de zonas arborizadas com espécies bem adaptadas às condições locais que contribuam para o aumento da capacidade de sequestro de carbono e para proteção dos recursos naturais (solo, da água, do ar e da biodiversidade)	Área a apoiar (ha)	16745												
Apoio aos custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização do território	NA		Promover a criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente montados, sistemas que combinam a silvicultura com práticas de agricultura extensiva, reconhecidos pela sua importância para a manutenção da biodiversidade e pela sua adaptação às áreas com elevada suscetibilidade à desertificação.	Área a apoiar	2372												
Apoio à prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território	NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo sinalização de infraestruturas; Intervenção com escala territorial relevante - Prevenção contra agentes bióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, incluindo sinalização de infraestruturas.	Área a apoiar (ha)	230000												
Apoio à reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território	NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos. Intervenção com escala territorial relevante - Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, em áreas identificadas pelas entidades competentes	Área a apoiar (ha)	95000												
Apoio a investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização do território	NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas; Intervenção com escala territorial relevante - Reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercineas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecológica desajustadas.	Área a apoiar (ha)	71544												
Melhoria do Valor Económico das Florestas	Valorização do território	NA		Promoção de ações que visem aumentar o valor económico e a competitividade dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, apoiando sistemas que assegurem a harmonização da produção com a manutenção da biodiversidade e salvaguarda de valores ambientais, tendo em conta os princípios da gestão florestal sustentável. Incluem-se nesta ação incentivos à produção de plantas desde que destinados às necessidades da própria exploração florestal. O apoio à recuperação de povoamentos em manifesta subprodução, através da sua substituição por plantas melhor adaptadas às condições locais. Através da utilização de novas tecnologias que assegurem o sucesso da rearborização, ou ainda através da realocação geográfica do povoamento em estação adequada, apoiando-se o arranque de espécies implantadas em locais desadequados.	Área a apoiar (ha)	120000												
Apoio aos investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização do território	NA		A medida visa apoiar investimentos que permitam o aumento do valor dos produtos florestais, através de: criação e modernização das empresas florestais; adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos, participação dos produtores florestais, novos produtos, processos e tecnologias e processos de certificação, integração no mercado, numa gestão eficiente dos recursos, no uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo próprio. Os investimentos a apoiar serão: equipamento e tecnologias de colheita, mobilização, concentração, triagem e comercialização e primeira transformação de produtos florestais como sejam madeira, resina, gomas e respetivas operações complementares. As operações de exploração florestal até à transformação industrial incluem o abate, desrama, descasque, toragem, recheira, carga e descarga, medição e pesagem, transporte,	Montante do apoio (euros)	Despesa realizada												
Criar o Banco de Terras e o Fundo de Mobilização de Terras	Valorização do território	NA		É criado um Banco de Terras, onde será incorporado todo o património rústico do Estado e o património rústico sem dono conhecido, que vier a ser identificado. Todas as propriedades que forem incorporadas sem dono conhecido não poderão ser cedidas ou transacionadas durante um período de 15 anos. O Fundo destina-se à aquisição de novo património, que será integrado, por sua vez, no Banco de Terras e disponibilizado para venda ou arrendamento a agricultores, preferencialmente jovens, e a outras entidades, designadamente EGF quando se tratar de património com vocação florestal.	nd	nd												
Criar o Regime de Incentivos Fiscais	Valorização do território	NA		É aprovado um regime de incentivos e isenções fiscais, aplicável às EGF e respetivos sócios, através da redução das taxas sobre os lucros provenientes da atividade florestal e de um conjunto de benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, IMT, imposto de Selo e Mais-Valias, além de contemplar uma redução de 75% do valor dos emolumentos para atos de registo de propriedades rústicas destinadas à exploração florestal.	nd	nd												
Criar Entidades de Gestão Florestal	Valorização do território	NA		É criado um regime de entidades exclusivamente vocacionadas para o setor florestal, que deverão integrar uma área mínima de 100 hectares, da qual pelo menos 50% deverá ser constituída por propriedades com área inferior a 5 hectares. Estas entidades beneficiarão de acesso preferencial a propriedades integradas no Banco de Terras e terão igualmente acesso a regime específico de benefícios fiscais.	nd	nd												

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Descrição das principais medidas propostas no PNR													
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Reorganização do setor das águas	Valorização do território	NA		Reversão das agregações dos sistemas multimunicipais, nas situações em que esta foi imposta aos municípios, e melhoria da eficiência nos sistemas municipais ou intermunicipais.	Número acumulado de municípios reorganizados (altas) - ano de referência: 2015	nd	58	Número acumulado de municípios reorganizados (baixas) - ano de referência: 2015	nd	0	Índice de melhoria nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta - ano de referência: 2015	0,8	0,72	Índice de melhoria nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) - Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa - ano de referência: 2015	0,8	0,65
Interligações Internacionais Rede Elétrica	Valorização do território	NA	Aumento da produtividade da economia nacional por via da rentabilização do investimento no setor energético e redução dos preços por diminuição de falhas de mercado por eliminação das barreiras e estrangulamentos logísticos.	Promover o reforço das interligações energéticas entre Portugal e os seus vizinhos	Capacidade instalada de interligação internacional da rede elétrica	Nova interligação com Marrocos (Algarve - 1000Mw)										
Revisão e Descida dos Preços do Mecanismo de Garantia de Potência	Valorização do território	NA	Reduz custos sobre consumidores de energia, introduz transparência e competitividade no mecanismo e garantia de potência e combate eventuais rendas excessivas	Introduz um mecanismo de mercado (leilão) na atribuição de compensação pela garantia de Potência e deterina, após consulta informada aos regulador setorial e à entidade responsável pela gestão do sistema, as reserva de capacidade e custo máximo para o sistema.	Atribuição de reserva de capacidade em leilão	Obter a reserva de capacidade identificada até ao preço limite fixado (substancialmente inferior ao valor histórico dos últimos anos)										
Reforço do peso da produção de eletricidade via energia solar não subsidiada	Valorização do território	NA	Pressionar o preço da energia elétrica no sentido da redução dos encargos sobre empresas e consumidores reforçando investimento em zonas menos desenvolvidas	Prioridade à instalação de capacidade de produção de energia elétrica com base solar sem tarifa apoiada em regiões menos desenvolvidas mas com o maior potencial fotovoltaico	Licenças de Produção Atribuídas com Caução Paga	Aumentar peso da produção via solar no mix energético nacional										
Criação do Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Energia "Poupa Energia"	Valorização do território	5.2	Ganhos de competitividade por via de estímulo ao bom funcionamento do mercado	Reduzir barreiras à mudança de operador energético com recurso a uma plataforma digital com informação integrada e respetiva prestação de serviços contribuindo para a redução de eventuais rendas excessivas por posição dominante e assimetria de informação.	Evolução das mudanças de comercializador e acesso à informação comparativa	Garantir a relevância do OLMC "Poupa Energia" no universo das decisões tomadas pelo consumidores de energia										
Criação e Regulamentação do Fundo dos Recursos Geológicos	Valorização do território	NA	Permitir acesso a capital a um setor historicamente sem acesso ao setor bancário	Criação de um fundo capaz de se constituir como instrumento de facilitação do acesso ao financiamento da atividade extrativa nas suas várias fases	Fundo dos Recursos Geológicos	Capitalização do fundo e entidades apoiadas										
Eliminação das barreiras à concorrência na logística e armazenamento dos combustíveis	Valorização do território	5.2	Ganhos de competitividade por via de estímulo ao bom funcionamento do mercado	Unbundling do mercado dos combustíveis introduzido condições para a real competição no setor com a construção de um canal físico não proprietário, e oferta de armazenamento, possibilitando o acesso de todos os agentes à importação e utilização das infraestruturas logísticas nacionais.	Oleoduto independente em Sines	Criação da ligação do oleoduto - que une atualmente a refinaria de Sines ao armazenamento de Aveiras - ao Porto de Sines										
Dinamizar o setor extrativo	Valorização do território	NA	Diminuir dependência externa e conferir maior sustentabilidade à economia nacional	Ampliação da capacidade extrativa em minas como a de Neves Corvo e abertura de novas minas	Licenciamento Mineiro	Aumentar as minas em operações a produção extrativa nacional										
SIMPLEX +	Modernização do Estado	5.2	Tornar o Estado mais eficiente aos níveis central, regional e local, simplificando os procedimentos administrativos e a legislação.	Retomar o SIMPLEX como um programa nacional único com medidas que têm como objetivo central tornar mais simples a vida dos cidadãos e das empresas na sua interação com os serviços públicos, contribuindo para uma economia mais competitiva e para reforçar a relação de confiança entre os cidadãos e o Estado	Simplificar e modernizar procedimentos administrativos e de atendimento no sentido de tornar mais simples e mais próxima a relação dos cidadãos com o Estado, bem como reduzir encargos administrativos e custos de contexto para as empresas.	10%	Não disponível	Taxa de execução do Simplex+	67%							
Criação de um Laboratório ou Incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	5.1/5.2	Promover a inovação na Administração Pública	Criação de um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Número de projetos testados	12	3									

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	
Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	5.1	Adequação da contratação pública no sentido de favorecer projetos inovadores para Administração Pública	Aproveitar a transposição de novas diretivas da contratação pública para a revisão do Código dos Contratos Públicos encontrar soluções que facilitem a contratação de projetos inovadores pelos organismos públicos. Medida SIMPLEX+	Número de projetos inovadores	35	Não disponível										
Startup Simplex	Modernização do Estado	5.2	Estimular a inovação e o empreendedorismo na sociedade, de que beneficiem as entidades públicas	Apoiar ideias inovadoras de negócio para serviços e produtos que simplifiquem a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com os serviços públicos. Medida SIMPLEX+	Número de projetos	30	1										
Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	5.2	Estratégia de racionalização da função informática na Administração Pública	Racionalização e concentração da função informática na Administração Pública central, aproveitando os benefícios da economia de escala, com ganhos de eficácia e de eficiência	Concentração da prestação de serviços TIC numa entidade (exceto defesa e segurança) por departamento governamental	1	0,6	Reinvestimento das poupanças TIC operacionais em novos projetos	0,05	0							
Rede de preservação digital dos arquivos	Modernização do Estado	NA	constituir uma rede de preservação digital em articulação com o programa Ciência aberta e desenvolver uma plataforma de gestão de conteúdos <i>opensourc</i> .	Construir estruturas sociais e tecnológicas que processem, acessibilizem e promovam a disseminação e fruição de conteúdos culturais.	Desenvolvimento da rede e da plataforma	nd											
Projeto Balcão Único do Emprego	Modernização do Estado	NA	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), designadamente em termos de (i) preenchimento de lacunas em matéria de canais digitais; (ii) eficiência na correspondência entre candidatos a emprego e potenciais empregadores; (iii) qualidade do serviço de aconselhamento a cidadãos desempregados; (iv) eficácia dos serviços destinados a empregadores	Concentração progressiva, num único espaço, físico ou virtual, de todas as interações dos cidadãos desempregados nos processos de procura ativa de emprego, bem como dos empregadores nos processos de seleção e contratação de novos trabalhadores (medida SIMPLEX +)													
Modelo de Acompanhamento Personalizado para o Emprego	Modernização do Estado	NA	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), em particular no que respeita à qualidade do serviço de aconselhamento a cidadãos desempregados, em particular desempregados de longa duração	Sistema de acompanhamento integrado, centrado no beneficiário das prestações de desemprego, que se materializa na obrigatoriedade de os serviços públicos de emprego desenvolverem atuações técnicas de contacto com os beneficiários e de estes, de forma proactiva, promoverem diligências de procura de emprego	NA	NA	NA										
Integração de processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	5.2	Simplificação dos processos de licenciamento e concentração dos serviços eletrónicos num único ponto de contacto	Facilitação do ambiente empresarial por via da concentração dos serviços eletrónicos e comunicações ao Estado num único ponto, reduzindo assim os encargos das empresas na obtenção de informação e submissão diferenciada de serviços eletrónicos nos portais públicos. Medida SIMPLEX	N.º de pedidos submetidos pelo BdE (valor acumulado)	130.000	71.046	N.º de processos de licenciamento desmaterializados (valor acumulado)	130	84	Redução dos prazos médios dos processos de licenciamento no BdE	15%		Redução de custos das taxas de licenciamento ambiental	0.25	Redução já aplicada aos 45 processos integrados (40,2% das taxas cobradas no LUA)	
Plataforma do Mar	Modernização do Estado	5.2	Aceleração dos processos administrativos e de licenciamento, reduzindo os custos de contexto para o desenvolvimento da economia do mar	- Ponto de acesso único a toda a informação e processos de licenciamento relacionados com a atividade económica em meio marinho. Lançamento com a agregação dos serviços das seguintes áreas:- Aquicultura-Mergulho profissional- Embarcações e marítimos- Náutica de recreio- Pesca- Medida SIMPLEX+. Em 2017	Nº de serviços agregados		21	21									
Simplificação no licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado	5.2		Criação no Balcão Único Eletrónico de um processo simplificado de licenciamento da Aquicultura. Medida SIMPLEX+	ND												
Diversificação dos meios de pagamento de obrigações contributivas repetidas e periódicas dos cidadãos e empresas	Modernização do Estado	5.2		Disponibilizar meios de pagamento automatizado (por exemplo, de débito em conta bancária) das obrigações contributivas periódicas e repetidas dos cidadãos e agentes económicos junto da Administração Pública. Medida SIMPLEX+	Percentagem de DJC cobrados através de Autorização de Débito em Conta	5%	0%										
Redinamização da RIMA (Reunião Interministerial para a Modernização Administrativa)	Modernização do Estado	5.2	Melhorar a qualidade da legislação; Reduzir o stock legislativo; Facilitar o acesso à legislação.		n.º de atos legislativos revogados	400		Nº de projetos com vista à facilitação do acesso à legislação	2 por ano	1							
Aplicação do "Teste PME"	Modernização do Estado	5.2	Aplicar de uma forma verdadeiramente efetiva o «teste PME» e desenvolver estudos de impacto de forma sistemática.	Relativamente à medida Custa Quanto (inscrita no Programa Simplex+2016), consiste na implementação de uma metodologia de avaliação de impacto económico dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, focada na variação dos encargos administrativos. Através deste mecanismo, pretende-se medir o impacto dos diplomas aprovados pelo Conselho de Ministros na vida dos cidadãos e das empresas, com particular destaque para as pequenas e médias empresas (PME). Neste contexto, importa relembrar a exigência de parecer obrigatório de Sua Ex.ª a Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa relativamente a todos os projetos legislativos que envolvam o aumento de encargos administrativos ou outros custos de contexto ou, que, de qualquer outra forma, aumentem os encargos para as empresas, em especial, as PME.	n.º de horas empregues no cumprimento de exigências administrativas monetizado												

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017				
Comporta Regulatória	Modernização do Estado	5.2	Aplicação de uma verdadeira barragem regulatória que promova a redução dos encargos administrativos globais e sectoriais.	Relacionada com a medida Custa Quanto (inscrita no Programa Simplex+2016). Através da implementação do modelo de avaliação económica de legislação, focado na variação dos encargos administrativos e com particular destaque para as PME, pretende-se garantir a existência de uma verdadeira barragem regulatória que promova a redução dos encargos administrativos globais (todo o Governo) e setoriais.	Nº de diplomas avaliados segundo a metodologia	100% dos Decretos-Leis que possam ter impacto na variação de custos das empresas (correspondem a 40% de todos os Decretos-Leis aprovados)	42,8%										
Implementação do princípio saldo positivo - Revoga +	Modernização do Estado	5.2	Promover a revogação de mais atos legislativos do que aqueles que são aprovados por área de governação.	A medida Revoga+ (inscrita no Programa Simplex+2016) visa assegurar a redução sistemática e setorial do stock legislativo, através da revogação de mais atos legislativos do que aqueles que são aprovadas, por área da governação. Adicionalmente, a medida compreende ainda um exercício de revogação sistemático de legislação que deveria estar formalmente revogada, desde 1976.	Saldo de diplomas publicados e revogados												
Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado	5.2	Melhorar a qualidade legislativa.	Entre outras vertentes que concorrem para o propósito de simplificação de legislação e da garantia da estabilidade e da previsibilidade normativas, importa salientar as seguintes:(1) O Conselho de Ministros reúne ordinariamente, à 5.ª f., todas as semanas, embora delibere acerca de atos legislativos apenas uma vez por mês;(2) Os projetos de diplomas legislativos do Governo devem ser obrigatoriamente acompanhados dos projetos de regulamentação necessários à sua implementação (componente da medida Regular Melhor, inscrita no Programa Simplex+2016);(3) É exigido o parecer da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sempre que dos diplomas resulte um aumento dos encargos administrativos ou outros custos de contexto / custos adicionais;(4) Princípio da concentração da vigência de novos atos normativos: são fixadas duas datas por ano para a entrada em vigor da legislação que altere o enquadramento jurídico das empresas (salvo exceções previstas no Regimento).	Número de Decretos-Lei aprovados sem a regulamentação complementar	0		Pareceres da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa	115								
Transposição da Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado	5.2	Transpor a diretiva	Assegurar a transposição da Diretiva em causa para o ordenamento jurídico nacional.	n.º de atos alterados												
Implementação da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado	5.2	Transpor a diretiva.	Estudo rigoroso com vista a transpor a o que ainda possa falta da Diretiva no 2.º semestre de 2016.	n.º de atos alterados												
Agilização da ação executiva	Modernização do Estado	5.2	Reduzir do número de pendências na ação executiva Aumentar a celeridade de distribuição de processos e celeridade de decisão Conferir maior exatidão às estatísticas da ação executiva	Consolidar soluções operacionais técnicas, em particular soluções informáticas que permitam ganhos de eficiência e transparência, que passam por permitir o acesso ao CITIUS por parte dos agentes de execução	Variação percentual do número de pendências na ação executiva cível	-5,1%	-9,50%										
Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	5.2	* Reduzir o número de processos pendentes nos Tribunais Administrativos e Fiscais* Aumentar a transparência de informação sobre pendências	Implementar um conjunto de medidas com vista ao aumento da capacidade de resposta dos TAF nomeadamente através do reforço dos recursos humanos e da melhoria dos sistemas de gestão processual, designadamente estatística, e ao aumento da previsibilidade através da monitorização dos processos pendentes	Variação da taxa de crescimento das pendências dos tribunais administrativos e fiscais, tendo por referência inicial o ano 2015	-1%	Informação só disponível no início de maio de 2017										
Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	5.2	* Agilizar os processos judiciais* Diminuir pendências* Aumentar a transparência estatística do sistema judiciário.	Implementação de um alargado conjunto de iniciativas que irão ter impacto na agilização dos processos nas várias áreas da Justiça - a Cível, Laboral, Penal, Família e Menores, Administrativa - e de outras que permitirão aos conselhos de gestão das comarcas e aos respetivos Conselhos Superiores, através de indicadores harmonizados, conhecer e gerir os recursos consoante a evolução das pendências processuais.	Variação das Pendências nas execuções e nas insolvências, tendo por referência inicial o ano 2015	-0,05	-0,096										

Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas																
Descrição das principais medidas propostas no PNR																
Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Combate ao crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	5.2	* Redução do tempo das investigações* Aumento da capacidade de reprimir o crime* Aumento da confiança dos cidadãos e agentes económicos na justiça penal e no Estado	Operacionalização da Unidade Nacional de Investigação da Criminalidade Informática (UNICI) da Polícia Judiciária (PJ) que inclui um setor de investigação de fraudes relativas a meios de pagamento e sistema bancário (fishing; burlas informáticas; segurança das transações comerciais). Robustecimento da cooperação policial internacional da PJ. Dinamização do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB . Alinhamento das estratégias da PJ, inspeção Geral dos Serviços da Justiça (IGSJ) e Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) na deteção e repressão dos ilícitos na área da contratação pública, ações executivas e insolvências e corrupção.	Variação percentual da receita do GAB, resultante da atividade ilícita	0,3	0,49									
Reforço da resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização do Estado	5.2	Aumentar o número de processos resolvidos nos meios de resolução alternativa de litígios.	Reforçar e capacidade dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL) de modo a garantir a obtenção de uma decisão em tempo útil.	Número de processos nos meios de resolução alternativa de litígios	7%	5%									
Descongestionamento dos tribunais	Modernização do Estado	5.2	Diminuir o tempo de duração dos processos judiciais e a complexidade do acesso pelo cidadão, através do aumento da eficiência dos procedimentos, da monitorização transparente e da diversificação de soluções, designadamente tecnológicas.	Melhor gestão pelos órgãos de gestão das comarcas. Revisitação do mapa judiciário com aplicação de soluções diversificadas de acesso ao tribunal.	Diminuição do "Disposition time" (DT): (indicador que mede, em dias, o tempo que seria necessário para concluir todos os processos que estão pendentes no final de um determinado período, tendo por base o ritmo do trabalho realizado nesse mesmo intervalo d	-90	-46									
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado	1.1./1.3/ 5.1	Promover o acompanhamento mais próximo das PPP locais e regionais	Garantir, através da legislação em matéria de execução orçamental, a obrigatoriedade e frequência do reporte de informação sobre PPP locais e regionais, aumentando o escrutínio destas operações	NA	NA										
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado	5.1	Implementar instrumentos legais e administrativos que mitiguem ou eliminem práticas abusivas e que distorcem a concorrência nos mercados públicos.	Transpor a diretiva referente aos mercados públicos, através da adaptação do Código dos Contratos Públicos.	NA											

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas															
			Descrição das principais medidas propostas no PNR															
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4				
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017					
Reforço do papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado	NA	Assegurar que as autarquias locais são a estrutura fundamental de gestão de serviços públicos de proximidade, numa lógica de descentralização e subsidiariedade.	Preparação de um novo quadro de competências das autarquias locais e demais entidades da administração local, no contexto de um novo modelo territorial, com diferenciação das competências das freguesias em função da sua natureza.	Identificação das áreas a descentralizar		Executado	Elaboração das iniciativas legislativas e definição do enquadramento financeiro		Proposta de Lei quadro de descentralização de competências aprovada e apresentada à Assembleia da República. Decretos-Lei setoriais em preparação.	Número estimado de áreas de política a descentralizar	36	Decretos-Lei setoriais em preparação, com base nas 36 áreas de política, envolvendo áreas de governação correspondentes a 16 Ministros(as).	Avaliação do processo de descentralização de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias)				
Democratização das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado	NA	Definição de um novo modelo territorial, assente em 5 regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial (correspondentes às áreas de intervenção das CCDR), a par do aumento da legitimidade democrática das CCDR.	Promoção da legitimidade democrática das CCDR, a par da reorganização dos serviços desconcentrados e alargamento da rede de serviços de proximidade.	Eleições para os órgãos executivos das CCDR			Integração de serviços desconcentrados do Estado nas CCDR										
Reforço da cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização do Estado	NA	Promoção da cooperação intermunicipal através das CIM e transformação das atuais AM, reforçando a sua legitimidade democrática, com órgãos diretamente eleitos.	Aprofundamento da cooperação entre municípios pela potenciação das CIM, e promoção do novo modelo de governação resultante da democratização das CCDR e da criação de autarquias metropolitanas	Revisão das atribuições, órgãos e modelos de governação e de prestação de contas das CIM			Avaliação do processo de reforço de cooperação das CIM e da transformação das AM										
Transferência de infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado	NA	Aumentar a eficiência da gestão as infraestruturas portuárias	Transferência para os municípios da jurisdição e gestão das infraestruturas portuárias da náutica de recreio, portos de pesca e estruturas secundárias de pesca.	nº de infraestruturas transferidas	0	Lei de autorização legislativa apresentada na AR 3 contratos de gestão assinados (Olhão, Lagos e Póvoa do Varzim)	Nº PME abrangidas	8150		Aumento dos Capitais Próprios nas PME (M€)	1700						
Digitalização e disponibilização de conteúdos audiovisuais	Modernização do Estado	NA	Assegurar o acesso à generalidade da população dos arquivos da RTP de forma universal e gratuita.	Digitalizar e disponibilizar online o arquivo da RTP, que representa o maior acervo audiovisual do país.	nº de conteúdos disponibilizados	25000												
Fundo Capitalizar – Crescimento e Inovação	Capitalização de empresas	4.2	Apoiar de forma intensiva a capitalização de empresas.	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em fase de criação, crescimento, inovação e internacionalização.	Nº PME abrangidas	8150		Aumento dos Capitais Próprios nas PME (M€)	1700									
Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	4.2	Incentivar a reestruturação empresarial	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em processos de reestruturação.	Nº Empresas abrangidas	1100		Aumento dos Capitais Próprios nas empresas (M€)	1080									
Promoção da participação de empresas nos mercados capitais	Capitalização de empresas	4.2	Promover a diversificação das fontes de financiamento de PME e Mid Caps.	Promoção da capitalização de empresas pela via de projetos de natureza demonstradora (Campanhas de sensibilização e Ações de Assistência Técnica, incluindo plataformas de apoio a investidor).	Nº Empresas abrangidas	50												
Avaliação da função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas	4.2	Otimizar o enquadramento legal relativo à reestruturação. Promover uma atuação conjunta e articulada na resposta dos credores públicos aos casos de reestruturação empresarial	Criação de um balcão único da Segurança Social e da Autoridade Tributária para gestão articulada dos créditos públicosSIMPLEX +Revisão do regime de reversão de créditos tributários nos casos de substituição de sócios e administradores de empresas em reestruturação	NA			NA										
Capacitação e melhoria de qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	4.2	Otimizar o enquadramento legal relativo à reestruturação. Promover uma atuação conjunta e articulada na resposta dos credores públicos aos casos de reestruturação empresarial	Reforço da capacitação dos Administradores Judiciais (AJ) e introdução de medidas de promoção da celeridade e resolução processual nos processos de insolvência Reforço das medidas de fiscalização em colaboração com a CAAJ	NA		NA											
Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	4.2	Fomentar a utilização pelas empresas das ferramentas de alerta precoce de dificuldades - Early Warning, visando incrementar a taxa de sucesso dos processos de reestruturação empresarial, pela antecipação do início dos processos e pela elevação do nível e qualidade e consistência dos planos de reestruturação apresentados pelas empresas, bem como reduzir a perda de capacidade produtiva e exportadora, de postos de trabalho e competências agregadas.	• Disseminação de um mecanismo de early-warning potenciando a informação comunicada no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) com subsequente alerta às empresas (ex.: alerta de insuficiência de capitais próprios, indicando a necessidade do seu reforço e alternativas para a respetiva execução). • Sensibilização de empresas e agentes da envolvente empresarial, através de campanha comunicacional, realização de ações de informação e sensibilização; • Ações de capacitação de agentes da envolvente empresarial; • Aconselhamento, assistência técnica e intermediação em processos de reestruturação; • Produção e disponibilização de conteúdos comunicacionais e formativos; • Disponibilização de assistência em domínios específicos relevantes para o sucesso dos processos de reestruturação através da mobilização de competências externas (domínios: jurídico, fiscal, financeiros, estratégico, etc.).	Ind 1 – Empresas contactadas e ou envolvidas em ações de sensibilização, aconselhamento e ou assistência	3800		Ind 2 – Empresas abrangidas pelo mecanismo de early warning (nº empresas/ano)	400000		Ind 3 - Taxa de sobrevivência das empresas em processos de recuperação após 3 anos - PER	40%		Ind 3 - Taxa de sobrevivência das empresas em processos de recuperação após 3 anos - SIREVE	50%			
Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas	4.2	Reforçar os incentivos ao financiamento das empresas com recurso a capitais próprios. Reforçar a posição de Portugal, no plano tributário, na captação de poupanças para direcionamento ao investimento empresarial.	Promover o financiamento das empresas mediante o recurso a capitais próprios que contribuam para a redução dos níveis de endividamento junto do sistema bancário, designadamente através da revisão do regime de remuneração convencional do capital social previsto no artigo 41.º - A do EBF	Redução do passivo bancário das empresas e reforço dos capitais próprios													

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas													
			Descrição das principais medidas propostas no PNR													
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4		
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017
Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas	4.2	Reforçar os incentivos ao financiamento das empresas com recurso a capitais próprios. Reforçar a posição de Portugal, no plano tributário, na captação de poupanças para direccionamento ao investimento empresarial.	Revisão do regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos, tornando-o mais eficaz no incentivo à retenção de lucros por parte de PME e ao respetivo reinvestimento na atividade produtiva; Revisão das regras e incentivos fiscais incidentes sobre o financiamento sob a forma de dívida ou por capitais próprios, designadamente dos aplicáveis a operações de conversão de dívida em capital; Criação de linha de adiantamento financeiro por conta de crédito fiscal aprovado no âmbito do sistema de incentivos fiscais à I&D empresarial (SIFIDE III), com desconto diferido, para microempresas com investimentos em I&D mas ainda sem resultados coletáveis no curto prazo, como acontece frequentemente com empresas de criação recente ou de ciclo de valorização muito prolongado	NA	NA		NA	NA	Redução do passivo bancário das empresas I&D	NA					
Eliminação das taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coessão e Igualdade	1.4	Promover a articulação e circulação entre níveis de cuidados	Isonção do pagamento de taxas moderadoras nos casos em que o utente é referenciado pelo seu médico de família, INEM, e Centro de Atendimento do SNS (Linha Saúde 24)	N.º episódios isentados por referênciação do médico dos CSP (estimados)	354.536	29.545	N.º de episódios isentados por referênciação do INEM (estimados)	1.114.047	92.837	N.º episódios isentados por referênciação do Centro de Atendimento (Linha Saúde 24) (estimados)	826.460	68.872			
Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coessão e Igualdade	1.4	Promover o acesso	Dispensar o pagamento das taxas moderadoras nos MCDT efetuados no âmbito das sessões de hospital de dia; Isentar do pagamento de taxas moderadoras aos bombeiros, dadores de sangue, dadores de tecidos, células e órgãos	Número de MCDTs realizados em hospital de dia	2.026.452	510148	Número de utentes isentos	965.130	1.702.315						
Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coessão e Igualdade	1.4	Reduzir os encargos para as famílias	Diminuir a comparticipação dos utentes nos custos	% Redução dos encargos dos utentes face a 2015	25%	25%									
Repór o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coessão e Igualdade	1.4	Promover o acesso	Aliviar o peso dos custos a cargo dos utentes	Número de transportes gratuitos	5.542.007	2.347.550									
Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coessão e Igualdade	1.4	Promover o acompanhamento da população patologias frequentes do âmbito visual e oral	Alargamento da cobertura do SNS nas áreas da Saúde oral e visual através da capacitação com recursos humanos especializados e implementação de rastreios populacionais.	Número de Centros de Saúde com médicos dentistas - projeto piloto	91	13	Número de ACES com rastreios oftalmológicos - projeto piloto	28	4						
Contratar mais médicos de família	Coessão e Igualdade	1.4	Garantir um médico de família para cada utente	Contratação de médicos aposentados	Número de contratos anuais realizados com médicos aposentados	500	314									
Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coessão e Igualdade	1.4	Melhoria de resposta nos cuidados continuados domiciliários e de ambulatório	Promover o apoio no domicílio e em ambulatório aos cidadãos idosos ou em estado de dependência	Número de novas equipas de cuidados continuados integrados/unidades de dia e promoção de autonomia (unidades/equipas; lugares)	4.800	30									
Reforçar a RNCCI	Coessão e Igualdade	1.4	Reforçar a rede nacional	Aumento do número de lugares em cuidados continuados integrados em todas as suas tipologias de internamento (com especial incidência nos grandes centros urbanos)	Número estimado de novas camas/lugares - Convalescença	1.885	47	Número estimado de novas camas/lugares - Média duração	554	295	Número estimado de novas camas/lugares - Longa duração	2923	342			
Desenvolver a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coessão e Igualdade	1.4	Promover a assistência na saúde mental	Assegurar a capacidade de resposta no âmbito da saúde mental	Número estimado de novas equipas e unidades de saúde mental (lugares/camas)	1.528	360									
Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coessão e Igualdade	1.4	Reforçar a assistência em cuidados paliativos	Melhoria da acessibilidade aos doentes em cuidados paliativos em todas as idades	Equipas Intra Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos	100%	79% (34 dos 43 hospitais/centros hospitalares)	Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (1 equipa por ACES ou ALS)	100%	36,5% (19 ecscp PARA 52 ACES/ULS)	Cobertura territorial em % de lugares/camas de Cuidados Pediátricos Integrados	100%	35%			
Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coessão e Igualdade	1.4	Introduzir progressivamente o livre acesso e circulação dentro de unidades do SNS	Promoção do acesso e a livre circulação dos utentes no SNS, nomeadamente em áreas onde o tempo de espera ainda é significativo: consultas de especialidade, cirurgias, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica	Mediana do Tempo de Espera da Lista de inscritos para cirurgia em dias	90	115	% de inscritos para cirurgia que ultrapassa o Tempo Máximo de Resposta Garantido	5%	17%	% Consultas realizadas em cumprimento do tempo máximo de resposta garantido	95%	72,40%			

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017				
Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coessão e Igualdade	1.3	Promover uma maior qualidade	Promoção da concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, sendo capaz de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas	Número de Centros de Referência reconhecidos	74	90										
Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coessão e Igualdade	1.4/5.3.	Reforçar as condições para a investigação, o ensino e o desenvolvimento	Desenvolver parcerias com as faculdades de medicina para o desenvolvimento da formação clínica	Número de Centros Académicos Reconhecidos	8	7										
Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coessão e Igualdade	1.5	Garantir a sustentabilidade a médio prazo e melhorar a adequação do sistema de pensões	Reativação do mecanismo de atualização automático das pensões e abrangência de maior número de pensões a terem a atualização máxima; Suspensão, em 2016, da antecipação da pensão antes dos 60 anos e revisão do regime de pensões antecipadas; Avaliação das alterações introduzidas no Fator de Sustentabilidade; Estudo sobre a diversificação de fontes de financiamento da segurança social; Promoção do agravamento das contribuições para empresas que revelem excesso de rotatividade laboral, bem como reavaliar o modelo de isenções e reduções contributivas; Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade.	NA												
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coessão e Igualdade	1.5		Aprofundamento da convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral de Segurança Social	NA												
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coessão e Igualdade	1.5		Aprofundamento da convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral de Segurança Social	NA												
Simplificar o sistema da Segurança Social	Coessão e Igualdade	1.5	Obtenção de ganhos de eficiência	Código Prestacional da Segurança Social: Unificação num diploma único os vários atos legislativos que criem e regulem prestações sociais, simplificando a malha de prestações que concorram para o mesmo fim; Desmaterialização progressiva dos processos de atendimento, em 2017 e 2018; Implementação, em 2018, de novas funcionalidades que permitam a consulta da carreira contributiva e o histórico de prestações auferidas e a previsão do valor da pensão a receber, a submissão online de requerimentos e a exploração do potencial dos dispositivos móveis enquanto canais emergentes de comunicação.	NA												
Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coessão e Igualdade	1.5	Adequação da despesa em prestações não contributivas aos seus objetivos	Reavaliação e reforço, até 2019, da coerência do modelo de aplicação da condição de recursos nas prestações sociais de natureza não contributiva	ND												
Combater a pobreza nas crianças e jovens	Coessão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização dos montantes do abono de família, bem como da majoração monoparental e da bonificação por deficiência, abrangendo 1,1 milhões de crianças e jovens em 2016; Alargamento faseado até aos 36 meses do direito à majoração garantida até 2016 às crianças com idades até 12 meses; Definir a estratégia de combate à pobreza de crianças e jovens, ancorada numa abordagem integradora no combate à pobreza, que articule diversas medidas setoriais (educação, saúde, ...), potencie sinergias e aposte em medidas de proximidade, de acordo com uma estratégia centrada no território, com um papel central do abono de família; reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família; Prosseguir a reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família; Reconfigurar o abono de família por forma a permitir a conjugação com medidas complementares do lado dos serviços públicos (de educação e saúde); Implementar um sistema de indicadores de alerta de situações de precariedade social, a partir do acompanhamento das crianças beneficiárias de abono de família, possibilitando uma ação mais integrada do sistema de proteção social, em casos de acionamento.	N.º crianças e jovens abrangidos (2016)	1100000	1,1 milhões de crianças e jovens	N.º de crianças abrangidas pelo alargamento faseado até aos 36 meses do direito à majoração garantida até 2016 às crianças com idades até 12 meses	100.000								
Repor mínimos sociais e promoção de inclusão social no RSI	Coessão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização do valor de referência do Rendimento Social de Inserção (RSI), para €180,99, e alteração da escala de equivalência garantindo a cobertura de 240 mil pessoas em 2016. Atualização em 2017, repondo mais 25% da redução operada na anterior legislação. Reavaliação da eficácia dos programas de inserção, para que se promova uma efetiva inclusão social. Reposição do valor anual de referência do complemento solidário para idosos (CSI) em 5022 euros (desde 1/1/2016) e aumento para 5059 (desde 1/4/2016), abrangendo 200 mil idosos em 2016. Atualização em 2017, em linha com a evolução dos preços de 2016.	N.º abrangidos (2016)	240.000	214.310	N.º idosos abrangidos (2016)	200.000	163.016							
Atualizar a remuneração mínima mensal garantida (RMMG)	Coessão e Igualdade	NA	Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade das empresas, reforçando o rendimento disponível das famílias, tendo em conta os seus efeitos positivos sobre o consumo privado.	Definir uma política de rendimentos numa perspetiva de trabalho digno e, em particular, garantir a revalorização do salário mínimo nacional.	Valor	600€ (2019)	557										
Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da atualização da remuneração mínima mensal garantida	Coessão e Igualdade	NA	Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade das empresas, reforçando o rendimento disponível das famílias, tendo em conta os seus efeitos positivos sobre o consumo privado.	Em 2016: redução em 0,75 p.p. no valor da taxa contributiva a cargo das entidades empregadoras, referentes a contribuições relativas às remunerações devidas entre os meses de fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, resultante do aumento da RMMG; Em 2017: redução de 100 euros no Pagamento Especial por Conta (PEC) para todas as empresas sujeitas ao seu pagamento, para vigorar a partir de março de 2017 e até ao final de 2018, e uma descida adicional de 12,5% do remanescente da coleta paga por cada empresa.	Valor Redução TSU	0,75 pp	0,75 pp	Redução PEC	100 €								
Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa	Coessão e Igualdade	NA	Reforçar a proteção na deficiência	Aumento do montante do subsídio por assistência a 3ª Pessoa para 101,17 euros, abrangendo 13 mil pessoas em 2016	Pessoas	13.000	13.186										

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
					Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	
Prestação Social para a Inclusão	Coesão e Igualdade	NA	Tornar mais eficiente e alargar a cobertura da proteção na deficiência	Definição de uma prestação para a deficiência/incapacidade que agregue as principais prestações pecuniárias neste domínio e que inclua uma componente de base inspirada num princípio de cidadania, uma componente de compensação de encargos específicos e uma componente de combate à pobreza.	nº de pessoas com deficiência abrangidas		Não aplicável. A meta não se encontra quantificada e a medida ainda não entrou em vigor.										
Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coesão e Igualdade	NA	Alargar a cobertura da proteção no desemprego de longa duração	Apoio, pecuniário de carácter extraordinário (correspondente a 80% do montante do subsídio social de desemprego cessado) atribuído durante um período máximo de seis meses a desempregados inscritos que tenham cessado o período de concessão do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente há um ano.	Desempregados apoiados	Pagamento mensal a 3.000 beneficiários (média mensal)	3114 (pagamentos em fevereiro)										
Rever o regime do trabalhador independente	Coesão e Igualdade	NA	Reforçar a cobertura da proteção no desemprego e reforçar a proteção social dos trabalhadores independentes e combater a precariedade	Realização de uma revisão ao modelo vigente do regime de trabalho independente, que permita: avaliar a proteção no desemprego para TIs detetando eventuais ineficiências; Reavaliar o regime de entidades contratantes; Rever as regras para determinação do montante de contribuições dos trabalhadores de recibos verdes, para que estas contribuições passem a incidir sobre o rendimento efetivamente auferido, tendo como referencial os meses mais recentes de remuneração.	ND												
Atualizar o IAS	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização a partir de 2017 do Indexante de Apoios Sociais, valor de referência com impacto em diversos apoios sociais (ex.: limite máximo do subsídio de desemprego, valor do subsídio social de desemprego, limite mínimo do subsídio de doença, montante do subsídio por morte, entre outras).	ND												
Promover a inclusão social através de programas dirigidos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Contratos Locais de Desenvolvimento Social - Promover a inclusão social, de forma integrada e multissetorial, através de ações a executar em parceria que contribuam para a empregabilidade, combate à pobreza e exclusão social. Rede Local de Intervenção Social - Dinamizar um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local, em que se pretende apoiar os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das pessoas em situações de risco e vulnerabilidade socioeconómica. Programa Operacional de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas - Este programa, apoiado pelo FEAC, visa o apoio alimentar a populações mais vulneráveis, designadamente através da aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade.	ND												

Nome da medida (1)	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges (2)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas														
			Descrição das principais medidas propostas no PNR														
			Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s) (3)	Descrição da medida (4)	Indicador de Execução 1			Indicador de Execução 2			Indicador de Execução 3			Indicador de Execução 4			
Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017			Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017	Designação	Meta	Valor executado até 31/01/2017				
Modelo de Apoio à Vida Independente	Coessão e igualdade	NA	Possibilitar Assistência Pessoal a Pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de tarefas quotidianas e de participação, nos diversos domínios da vida	Projetos-piloto para o período 2017-2020, financiados pelo Portugal 2020 - Domínio Inclusão Social e Emprego, para a disponibilização de Assistência Pessoal através de Centros de Apoio à Vida Independente	Pessoas com deficiência ou incapacidade apoiadas	140 a 200											
Cultura para Todos	Coessão e igualdade	NA	Integração e inclusão dos portugueses pela prática artística. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais e sociais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	nd	0		Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	nd	0						
Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Outras medidas	4.1	Clarificar o entendimento dos impactos fiscais associados ao desreconhecimento de créditos vencidos num cenário de imparidade total	Clarificar o entendimento sobre as condições em que poderá ocorrer o desreconhecimento de créditos vencidos há mais de 24 meses, num cenário de imparidade total, designadamente se será suficiente, nestes casos, a manutenção de registo de créditos abatidos ao ativo em rubricas extrapatrimoniais ou se haverá necessidade de documentação adicional de suporte a integrar no dossier fiscal	NA	NA											
Melhoria do cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT	Outras medidas	NA	Combate à fraude e evasão fiscaisCooperative compliance	Plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscais 2015-2017Acompanhamento especial dos contribuintes singulares de elevada capacidadeCriação dos mecanismos de troca de informação sobre informação financeiraIncorporação gradual de orientações contra a erosão de bases tributáveis (projeto BEPS). Introdução do "country by country reporting" no âmbito específico da tributação das empresas multinacionaisProceder a uma reorganização da ação externa local no âmbito da promoção e apoio ao cumprimento voluntário	NA	NA		NA	NA								
Alteração da intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.	Outras medidas	4.2	Cooperative compliance	O enquadramento da intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas ser flexibilizado e articulado com outros credores públicos por forma a facilitar a continuação da atividade e o consequente cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte de empresas viáveis.	NA	NA											
Eliminação de exigências excessivas ou desproporcionadas	Outras medidas	5.2	Redução dos custos de contexto inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias	Aprovar um conjunto de medidas de simplificação administrativa para reduzir custos de contexto na vida empresarial, focando-as nos aspetos mais críticos da atividade das empresas e na eliminação de exigências excessivas ou desproporcionadas/simplex, nomeadamente através do alargamento da medida IES.	NA	NA											
Redução da incerteza e instabilidade fiscal	Outras medidas	NA	Redução dos custos de contexto inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias	O elevado grau de incerteza atribuído ao sistema fiscal pode pesar na atratividade de Portugal como país de destino do investimento estrangeiro. O Governo adotou, inclusive, a prática de entrada de medidas com impacto nas empresas em vigor apenas a cada seis meses, por forma a garantir a maior estabilidade possível.	NA	NA											
Melhorar a eficiência	Outras medidas	1.4	Promover a eficiência e sustentabilidade	Revisão dos preços dos medicamentos; Estímulo ao aumento da utilização de medicamentos genéricos; Estimativa de poupança global: compras centralizadas; poupanças de aumento da eficiência;	Preço médio de Venda ao Público	10,48€	11,96 €		% genéricos no mercado do medicamento		47,4%	63%	Poupança estimada				
Programa SIMPLEX (Saúde)	Outras medidas	1.4	Promover a acessibilidade	Medidas SIMPLEX+: 1) "Receita Sem Papel Plus" - Desmaterialização da receita médica (medida #205); 2) "Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos" (medida #1); 3) "Registo nacional de dados sempre atualizado (Medida #218)"; 4) "Ensaio clínicos digitais" (Medida #110)	% de receitas eletrónicas desmaterializadas	100%	99% (execução no SNS)										
Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS	Outras medidas	1.4	Transparência e responsabilização	Informação pública do desempenho do SNS: Medida Simplex + - Portal do Serviço Nacional de Saúde / App MySNS (medida #44) / App Poupe na Receita (medida #46)	Nº Visualizações do Portal SNS	36.630.600	2.700.000 (visitas)										
Combate à Fraude no SNS	Outras medidas	1.4	Garantir a boa utilização dos recursos públicos	Desenvolvimento de modelos de deteção de risco e monitorização de casos suspeitos	Poupança estimada	219 M€	6 M€										
Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Outras medidas	1.3/1.4	Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Criação de condições para a regularização das dívidas às entidades do setor	Custo com pagamento de dívidas	A estimar	450										
Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)	Outras medidas	1.3	Rever os contratos de gestão	Aposta na autonomia e na responsabilização da gestão e na aplicação de incentivos ligados ao desempenho	Número de CRI's	5											
Redução do défice e da dívida pública	Outras medidas	1.1	Redução do défice e da dívida pública	Ganhos excecionais para acelerar o défice e de redução da dívida O plano de recuperação de dívidas fiscais e contributivas, assim como a recuperação da garantia do BPP, o pagamento de CoCos e a venda de ativos financeiros resultantes dos processos de resolução do Banif e BES serão usados para amortizar dívida.	Pagamento da dívida (em M€)	4000											